Litigância e sociedade*

Litigation and society

Lawrence M. Friedman**

RESUMO

Litigância, na linguagem comum, refere-se às ações propostas na justiça; isso envolve uma reivindicação, uma disputa ou conflito, e o uso de uma instituição específica, a justiça, para resolver o conflito ou a disputa. No passado, a maioria das pesquisas jurídicas consistia em análise da doutrina e teoria sobre a doutrina. Entretanto, a litigância é um fenômeno importante por si só e pesquisas mostraram isso ultimamente. Esse artigo visa esboçar algumas das principais áreas de pesquisa e teoria e acrescentar algumas breves observações sobre a importância do trabalho desenvolvido até agora. Os tópicos abordados incluem: pesquisas que focam a disputa (*dispute-centered*) e os tribunais (*court-centered*); quantidade de litígios e explosão de litigiosidade; e o impacto da litigância na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE

Litigância — sociedade — disputa — explosão de litigiosidade

* Artigo recebido em 28 de fevereiro de 2013 e aprovado em 13 de maio de 2013. Publicado em inglês com o título “Litigation and society” originalmente no *Annual Review of Sociology*, 1989. Disponível em: <www.jstor.org/stable/2083216?origin=JSTOR-pdf>. Acesso em: 13 jan. 2013. Traduzido por Tatiana Mesquita. Revisão técnica de Izabel Saenger Nuñez.

** Professor de história e ciência política da Universidade de Stanford. Universidade de Stanford, Stanford, Estados Unidos. E-mail: lmf@stanford.edu.

ABSTRACT

Litigation, in ordinary speech, refers to actions contested in court; this involves a claim, a dispute or conflict, and the use of a specific institution, the court, to resolve the conflict or dispute. In the past most legal research has consisted of analysis of doctrine and theory about doctrine. But litigation is an important phenomenon in its own right and research lately has shown this. This article aims to sketch out a few major areas of research and theory and to add a few brief remarks about the significance of the work thus far. The topics covered include: dispute-centered and court-centered research; quantity of litigation and the so-called litigation explosion; and the impact of litigation on society.

KEY-WORDS

Litigation — society — dispute — litigation explosion

Introdução

Somente na última década surgiram pesquisas substanciais sobre a litigância ou especulações sobre seu impacto e sentido social, mesmo entre estudiosos da área jurídica e social e entre aqueles que se identificam como sociólogos do direito. De fato, a doutrina jurídica em países de “*common law*” foi sempre obcecada pela litigância de segunda instância:¹ porém, o que os juristas consideravam “pesquisa” consistia majoritariamente na análise de doutrina e teoria sobre a doutrina, todas bastante formalistas e nunca quantitativas ou empíricas. Em outros países, estudiosos do direito tiveram ainda menos interesse em conduzir pesquisas sistemáticas sobre litigância. Por sua vez, cientistas sociais tenderam a negligenciar a litigância da mesma forma. Talvez essa tenha sido, originalmente, uma reação contra a tendência da pesquisa jurídica de agir como se a lei fosse nada mais do que um processo formal. A sociologia, então, pegou como domínio seu os processos *informais* — comportamentos relacionados ao direito que aconteceram fora das salas dos tribunais.

¹ O termo original *appellate litigation* remete aos casos de apelação à segunda instância. Há dois estágios de revisão na justiça federal e também nas justiças de muitos estados. (Nota da revisão técnica, daqui em diante: N.R.)

Entretanto, a litigância é um fenômeno importante por si só e isso se tornou muito óbvio para as últimas duas gerações. Os casos relacionados à desagregação escolar e, no geral, às atividades da Corte Suprema dos Estados Unidos sob a gestão de Earl Warren sugeriram o potencial para mudanças sociais por meio da litigância. Mais recentemente, a chamada “explosão de litigiosidade”² levou à especulação sobre os efeitos sociais prejudiciais da litigância, reais ou imaginários. A discussão não é de forma alguma restrita aos Estados Unidos, embora os Estados Unidos sejam normalmente vistos como o país com mais altos índices de litigância.

De certa forma, de fato, a ampla literatura sobre tribunais, juízes, juristas, litigantes e afins, na sociologia, criminologia, história do direito, ciência policial, psicologia, economia e antropologia, é totalmente relevante para o problema da litigância; porém trabalho aqui com um conceito um pouco mais restrito e maleável sobre o campo. Meu objetivo foi esboçar alguns dos principais tópicos de pesquisa e teoria e acrescentar algumas breves observações sobre o significado do trabalho desenvolvido até agora. Nós ignoramos, portanto, muitas questões e áreas de pesquisa afins — como a vasta literatura sobre o tribunal do júri e a dinâmica da deliberação e tomada de decisão dos jurados.³

Definição de litigância

Nenhuma definição de litigância é consenso geral. Na verdade, a maioria da literatura sobre justiça não faz quaisquer tentativas de definir litigância. Litigância, na linguagem comum, refere-se às controvérsias que são solucionadas por meio do uso do sistema de justiça. O significado principal, então, infere três elementos distintos: primeiro, uma *demand*, ou seja, uma tentativa ativa de alcançar um objetivo desejado; segundo, a existência de uma *disputa* ou de um conflito ou, em outras palavras, resistência à reivindicação apresentada; e terceiro, o uso de uma instituição específica, a *justiça*, para resolver o referido conflito ou disputa.

Essa definição pode parecer banal, porém há escolhas sutis implícitas na formulação. A frase “ações demandadas na justiça” significa que a disputa ocorre dentro das salas de um tribunal. Porém os tribunais possuem outras

² GALANTER, M. Reading the landscape of disputes: what we know and don't know (and think we know) about our allegedly contentious and litigious society. *UCLA Law Rev.*, 31:4, 1983.

³ Para uma visão geral, ver HANS, V. P.; VIDMAR, N. *Judging the jury*. Nova York: Plenum, 1986.

funções além de serem espaços onde os litígios são dirimidos. No ciclo de vida de muitas disputas, o ato final do drama, ou a sua resolução (aparente), acontece dentro da sala de um tribunal; e, ainda assim, o cenário da corte não é (discutivelmente) um verdadeiro espaço de litigância.

Por exemplo, apenas um tribunal pode conceder um divórcio; e as partes de um divórcio geralmente estão em séria disputa pela divisão dos bens, pagamento de pensão ou guarda dos filhos. Entretanto, a fase *da sala de audiências* pode variar completamente entre batalhas longas e amargas e pilhas de papéis superficiais e rotineiras. Na verdade, nos casos *típicos*, os problemas são resolvidos, normalmente, com a ajuda de advogados, muito antes de qualquer um dos autores comparecer perante o juiz. O que é apresentado ao juiz é um pacote de acordos já estabelecidos; ele apenas aprova esses acordos preestabelecidos. Sob nossa definição, divórcios desse tipo, apesar das estatísticas judiciais os descreverem como “casos”, não consistem em litígios, pois não são *disputados* no tribunal. Visto que o número de casos de muitos tribunais é dominado, quantitativamente, por divórcios completamente de jurisdição voluntária, considerá-los “litigância” distorceria seriamente a figura das taxas de litígios. Esses casos, no total, podem demandar tempo e esforço; mas eles não sobrecarregam seriamente o sistema, como os casos mais complexos, que envolvem demandas, o fazem.

Pesquisas que focam as disputas (*Dispute-Centered*) e pesquisas que focam o tribunal (*Court-Centered*)

Existem ao menos duas abordagens para o estudo do fenômeno da litigância. Alguns estudiosos estão essencialmente interessados nas próprias disputas como um fenômeno social — suas causas e curas. Para eles, a litigância é interessante apenas como uma fase no ciclo de vida das disputas. Outros estudiosos estão essencialmente interessados nos tribunais como instituições. Eles não estão, desse modo, diretamente preocupados com conflitos e disputas que nunca chegam aos tribunais, exceto na medida em que as decisões judiciais tenham impacto em tais disputas, por exemplo, influenciando nos termos dos acordos.⁴

⁴ Veja ROSS, H. L. *Settled out of court: the social process of insurance claims adjustments*. Chicago: Aldine, 1970.

Pesquisas sobre disputas sofrem com as dificuldades para defini-las e mensurá-las. As estatísticas jurídicas são, no geral, bastante pobres; estatísticas sobre a quantidade das demandas judiciais são piores, ou inexistentes. Apesar de não ser fácil contar os casos de difamação, por exemplo, é completamente impossível medir a quantidade de insultos, ou a quantidade de disputas que surgem a partir de insultos. Às vezes, há dados sobre o número de *demandas potenciais* — por exemplo, dados sobre acidentes ferroviários ou automobilísticos sérios — que dão certa linha de base para a medida de possíveis processos.⁵ O estudo das *vítimas*, nos últimos anos, forneceu dados de linha de base para medir a relação entre atos criminais e os números de prisões, multas e possíveis casos.⁶ Porém, há exceções.

Nos últimos anos, tiveram início os estudos sobre o ciclo de vida das demandas judiciais desde seu início, na meio social até o ponto onde algumas delas “tornam-se” ações judiciais. A tentativa mais ambiciosa foi o Projeto de Pesquisa sobre Litigância Civil (CLRP), na Universidade de Wisconsin. O CLRP utilizou a disputa como a unidade de análise⁷ de forma a relacionar o trabalho dos tribunais com o contexto social nos quais as disputas surgem. Os pesquisadores não se limitaram a disputas que acabaram nos tribunais. Eles também obtiveram uma amostra aleatória de famílias e organizações, para identificar disputas que nunca foram tão longe a ponto de chegar ao Judiciário.⁸

A pesquisa focada nas disputas (*Dispute-centered*) se pergunta o motivo pelo qual algumas situações produzem demandas judiciais e o que acontece com as mesmas. Quais são os mecanismos de acionamento (por assim dizer) que levam algumas disputas para o Judiciário enquanto outras desaparecem ou são encaminhadas para modos alternativos de resolução? Logicamente anterior ao estudo da litigância, então, está o estudo da “transformação” de “experiências nocivas” em reivindicações judiciais. Felstiner e colaboradores⁹

⁵ Veja FRIEDMAN, L. M. Civil wrongs: personal injury law in the late 19th century. *Am. Bar Assoc. Res. J.*, 1987:351, 1987; MUNGER, F. Social change and tort litigation: industrialization, accidents, and trial courts in southern West Virginia, 1872 to 1940. *Buffalo Law Rev.*, 36:75, 1987.

⁶ Veja HINDELANG, M. J. et al. *Criminal victimization in eight American cities: a descriptive analysis of common theft and assault*. Cambridge, Mass: Ballinger, 1976.

⁷ TRUBEK, D. M. Studying courts in context. *Law Soc. Rev.*, 15:485, 1980-1981.

⁸ KRITZER, H. Studying disputes: learning from the CLRP experience. *Law Soc. Rev.*, 15:503, 1980-1981.

⁹ FELSTINER, W. L. F.; ABEL, R. L.; SARAT, A. The emergence and transformation of disputes: naming, blaming, claiming. *Law Soc. Rev.*, 15:631, 1980-1981, veja também FITZGERALD, J.; DICKINS, R. Disputing in legal and nonlegal contexts: some questions for sociologists of law. *Law Soc. Rev.*, 15:681, 1980-1981.

descrevem o processo de transformação em três etapas. Primeiramente, os indivíduos percebem estar passando por uma “experiência nociva” (chamada de “*naming*”). Em seguida, a experiência se torna uma queixa (“*blaming*”). A terceira etapa é o “*claiming*”, ou seja, o processo de dirigir-se à parte responsável e declarar um pedido de medidas corretivas. Nesse ponto, surge uma disputa que, caso não seja resolvida ou conciliada previamente, pode acabar em um litígio efetivo.

Uma questão teórica e empírica é o motivo pelo qual tais “transformações” ocorrem ou não. Alguns grupos de fatores podem ser separados. Um grupo é substancial (baseado nas “regras de direito”¹⁰ ou “doutrinas”). No Paraguai a lei não permite divórcios totais; esta é uma barreira *substancial* que mantém muitos tipos de disputas conjugais fora dos tribunais. Outros fatores são *institucionais* ou *processuais*: ou seja, os custos dos processos ou os procedimentos que tornam a litigância fácil ou difícil, se os tribunais são acessíveis ou não, formais ou informais, e assim por diante.

Esses fatores estruturais e processuais variados são frequentemente bastante óbvios. É mais difícil demonstrar ou ter acesso aos fatores *culturais*. É, entretanto, geralmente pressuposto que fatores culturais (e de personalidade) são fundamentais na explicação do motivo (por exemplo) pelo qual os japoneses parecem litigar muito pouco e americanos, muito mais. Ou seja, a “litigiosidade” é posta como um traço cultural específico, uma questão de costume, tradição e estilo de vida; os japoneses (dizem) preferem concessões e acordos interpessoais; americanos são individualistas — batalhadores e defensores dos direitos. É desnecessário mencionar que há muito pouca pesquisa intensa sobre esses assuntos. Na verdade, não fica claro se os fatores culturais explicam melhor as taxas variadas de litígio ou se barreiras estruturais e substanciais deveriam ser invocadas.¹¹ Mais provavelmente, as taxas de litigância são o produto de múltiplos fatores — incluindo a própria dificuldade e os custos do acesso à justiça. Barreiras doutrinárias e estruturais, afinal, não surgem do nada, mas a partir de padrões duráveis ou permanentes, formados fora de um fenômeno cultural mais “suave”.

¹⁰ A expressão inglesa é *rule of law*, que consiste em termo ambíguo e de difícil tradução, uma vez que é associado aos valores da tradição da *common law*. Nesse contexto parece significar as normas e estatutos legais de um Estado. (N.R.)

¹¹ Veja UPHAM, F. *Law and social change in postwar Japan*. Cambridge, Mass: Harvard Univ. Press, 1987; FITZGERALD, J. M. Patterns of “middle range” disputing in Australia and the United States. *Law in Context*, 1:15, 1983.

De certa forma, é enganoso falar sobre “barreiras” à litigância. Isso pressupõe que é normal ou natural uma disputa terminar em um litígio judicial. Na verdade, a maioria das pessoas não prossegue com suas demandas. A consciência dos direitos é relacionada à classe social — pessoas mais educadas e articuladas são mais aptas a insistir na efetivação de seus direitos.¹² Mesmo quando as queixas transformam-se em “disputas”, elas não se tornam necessariamente processos. A maioria das disputas desaparece ou é resolvida muito antes da etapa do tribunal e isso tem sido aparentemente verdade por pelo menos um século.¹³ A partir de um ponto de vista teórico, todo julgamento é um erro de cálculo. É quase sempre interesse das partes entrar em um acordo; julgamentos são socialmente disruptivos, e pessoas em relacionamentos contínuos ou comunitários tendem a evitá-los.¹⁴ Além disso, julgamentos são caros e, em disputas cíveis, há normalmente uma zona de acordo ou uma série de valores nas quais ambas as partes estão em melhor situação se as aceitarem.¹⁵ Julgamentos acontecem quando as partes julgam gravemente mal o provável resultado do julgamento ou insistem no litígio a fim de estabelecer um princípio comum.

A disputa que acaba na justiça foi transformada também de outro modo. Esta foi, necessariamente, um resultado da transformação de normas e descrições cruas e leigas em categorias legais. Foi codificada e reformulada para se encaixar nas tradições e hábitos da cultura interna legal.¹⁶⁻¹⁷ No processo, a própria disputa foi sutilmente, ou não tão sutilmente, alterada. Então os advogados, que fazem a transformação nesta e na maioria das sociedades modernas, exercitam o controle sobre as disputas e seus resultados pela virtude de seus comandos da língua e das tradições que o sistema legal reconhece como legítimas e para as quais este destina um lugar privilegiado.

¹² CAPLOVITZ, D. *The poor pay more: consumer practices of low income families*. Nova York: Free Press, 1963; BEST, A.; ANDREASEN, A. R. Consumer response in contract purchases: a survey of perceiving defects, voicing complaints, obtaining redress. *Law Soc. Rev.*, 11:701, 1977.

¹³ Veja DANIELS, S. Continuity and change in patterns of case handling: a case study of two rural counties. *Law Soc. Rev.*, 19:381, 1985; FRIEDMAN, L. M.; PERCIVAL, R. V. A tale of two courts: litigation in Alameda and San Benito counties. *Law Soc. Rev.*, 10:267, 1976.

¹⁴ MACAULAY, S. Non-contractual relations in business: a preliminary study. *Am. Sociol. Rev.*, 28:55, 1963; ENGEL, D. The oven bird's song: Insiders, outsiders and personal injuries in an American community. *Law Soc. Rev.*, 18:51, 1984; ELLICKSON, R. Of Coase and cattle: dispute resolution among neighbors in Shasta county. *Stanford Law Rev.*, 38:623, 1986.

¹⁵ Veja Ross, *Settled out of court*, op. cit.

¹⁶ Sobre este conceito, veja FRIEDMAN, L. M. *The legal system: a social science perspective*. Nova York: Russell Sage Found, 1975. p. 223.

¹⁷ No original, o termo é *internal legal culture*. (N.R.)

Houve, infelizmente, muito pouco trabalho sistemático sobre esse processo de tradução e transformação.¹⁸ Fica claro, portanto, que a prática pode ser mais ou menos “participatória” ou autocrática; e que o estilo de advogar faz diferença no resultado final dos casos.¹⁹

Se as disputas terminarão no tribunal ou não, depende também da definição de tribunal.²⁰ Instituições chamadas de “tribunais” nessa sociedade executam outras tarefas além da resolução de disputas. Elas possuem responsabilidades administrativas, por exemplo — como nos casos das ações declaratórias, e formalização de troca de nomes.²¹ Por outro lado, muitas instituições imitam os tribunais ou utilizam processos semelhantes aos do tribunal, sem seu nome ou *status* oficial.

De início, há, em alguns países, “tribunais” que existem à parte do sistema formal de justiça. Em muitas sociedades, também, a *arbitragem* é um processo comum de substituição a um processo judicial “regular”. A arbitragem difere do “litígio” principalmente pelo fato de o árbitro ser mais propriamente apenas um juiz temporário — normalmente selecionado pelas partes — do que um oficial do Estado. A difusão do “*devido processo*”²² dentro das instituições, agências governamentais e outras grandes organizações, além disso, significou que resoluções de disputas internas ou processos de reclamação existem por toda sociedade, institucionalmente muito semelhantes a tribunais; em algumas instâncias, as partes podem até se utilizar de advogados para ajudá-los a preparar ou discutir seus “casos”.²³

O sistema judicial nos Estados Unidos, e na maioria das nações modernas, é excessivamente complexo. Há tribunais civis e criminais, algumas vezes institucionalizados de formas diferentes; tribunais de pequenas causas, primeira instância, tribunais de apelação intermediária (na maioria dos estados) e Suprema Corte do Estado;²⁴ há também o sistema de três níveis das cortes

¹⁸ Veja, entretanto, MATHER, L.; YNGVESSON, B. Language, audience and the transformation of disputes. *Law Soc. Rev.*, 15:775, 1980-1981.

¹⁹ Veja ROSENTHAL, D. E. *Lawyer and client: who's in charge?* Nova York: Russell Sage Found, 1974.

²⁰ SHAPIRO, M. *Courts: a comparative and political analysis*. Chicago: Univ. Chicago Press, 1981.

²¹ Os termos originais eram *probating states* e *formalizing name changes*. (N.R.)

²² No original, *due process* pode ser traduzido como devido processo. Note-se, entretanto, que o devido processo legal, no sistema norte-americano, tem características diferentes do que se costuma chamar devido processo legal no sistema de justiça brasileiro, não podendo ser equiparado e devendo ser comparado por contraste. (N.R.)

²³ MACAULAY, S. Private government. In: LIPSON, L.; WHEELER, S. (Ed.). *Law and the social sciences*. Nova York: Russell Sage Found, 1987. p. 445-518.

²⁴ Veja KAGAN, R. A. et al. The evolution of state supreme courts. *Mich. Law Rev.*, 76:961, 1978.

federais.²⁵ Cada nível pode ser um objeto separado de estudo. Há também tribunais especializados — na Europa, os tribunais do trabalho e tribunais administrativos são bastante proeminentes. E há Cortes Supranacionais na Comunidade Econômica Europeia, por exemplo. Em cada sociedade, os tribunais ocupam uma posição específica na estrutura do governo e possuem um papel distinto e impactam diferentemente a sociedade. Há também um grande interesse na “resolução alternativa de disputas”²⁶ — modos de lidar com o conflito e a disputa que evitam os meios formais de justiça (estatais). A arbitragem já foi mencionada. “ADR” não foi apenas uma área de pesquisa; na década de 1970, tornou-se uma espécie de movimento social — uma reação contra o sistema formal de justiça, com interesses na eficiência e maior acesso à justiça, especialmente para os pobres.²⁷

Pesquisas focadas nos tribunais (*Court Centered*): a quantidade de litígios e a chamada explosão de litigiosidade

É normalmente presumido que os Estados Unidos são uma sociedade altamente litigiosa e que as taxas de litigância têm crescido rapidamente em períodos recentes. Esta dura hipótese aparece em literaturas populares, na mídia e no discurso de juízes e políticos. É também presumido que o efeito da explosão de ações judiciais, principalmente de ações judiciais criminais, é prejudicial para a economia, se não para toda a composição da sociedade.²⁸ O medo da litigância reprime a inovação e leva a estratégias conservadoras, “defensivas”, nos negócios e na medicina; a responsabilização da municipalidade levou ao fechamento de *playgrounds*, cancelamento de programas sociais e até mesmo à falência urbana. Porém, esses efeitos são difíceis de serem demonstrados empiricamente (veja abaixo).

Uma quantidade de estudos tentou medir as taxas de litigância americana durante períodos de tempo razoavelmente longos (geralmente um século ou mais). Esses estudos falharam, no todo, em documentar a

²⁵ Veja, como exemplo, HOWARD JR., J. W. *Courts of appeals in the federal judicial system*. Princeton, NJ: Princeton Univ. Press, 1981.

²⁶ No original, *alternative dispute resolution*. (N.R.)

²⁷ Veja ABEL, R. (Ed.). *The politics of informal justice*. Nova York: Academic Press, 1982. V. 1. The American experience. V. 2. Comparative studies.

²⁸ RABIN, R. L. Some reflections on the process of tort reform. *San Diego Law Rev.*, 25:13, 1988.

“explosão de litigiosidade”. Assim, McIntosh²⁹ estudou tribunais em St. Louis, no Missouri, entre os anos de 1820 e 1977. As taxas de litigância caíram na segunda metade do século XIX e então subiram, caíram e subiram no século XX, porém, dificilmente dramaticamente. A “taxa de litígio” na década de 1970 foi maior do que havia sido um século atrás; porém 45% dos casos de McIntosh eram casos de família, quase todos eles divórcios de jurisdição voluntária. “Litígios”, no sentido de contestações reais nos tribunais, de fato, eram talvez menores em proporção à população nos anos de 1970 do que em 1850.³⁰ No geral, aqueles que estudaram as taxas de litigância tenderam a concordar que não há sinais nos tribunais estaduais de uma explosão *quantitativa*.³¹ Registros nos tribunais *federais*, entretanto, são uma exceção: não há dúvidas de que o número de tais casos vem crescendo muito mais rápido do que o tamanho da população.³² Mas a maioria assustadora dos casos abertos — acima de 90% — é iniciada em tribunais estaduais. São os tribunais estaduais que lidam com quase todos os casos de direito de família, danos pessoais e justiça criminal, além da esmagadora maioria das questões comerciais comuns. Nenhum aumento na escala federal pode ser documentado para tribunais estaduais. Gifford e Nye,³³ ao examinar dados recentes, acharam evidências de que as taxas de litigância na Flórida estavam crescendo mais rapidamente do que as taxas da população. Os dados da Flórida, entretanto, parecem excepcionais até agora.

Os dados federais realmente apontam para uma questão mais interessante e promissora: mudanças nos *tipos* de caso através do tempo. O aumento de registros federais não é difícil de entender, em face do crescimento do papel do governo federal na economia e na sociedade, em relação aos estados. Isso reflete o domínio de leis federais regulatórias e de bem-estar. Isso também reflete o ativismo dos tribunais federais — e, algo geralmente esquecido, o ativismo do Congresso. Existem milhares de processos de direitos civis nos tribunais federais; 50 anos atrás não havia praticamente nenhum. Apesar de alguns casos invocarem direitos constitucionais, ou legislações pós-guerra civil,

²⁹ MCINTOSH, W. V. 150 years of litigation and dispute settlement: a court tale. *Law Soc. Rev.*, 15:283, 1981.

³⁰ Veja também Friedman e Percival, A tale of two courts, op. cit.; MUNGER, F. Law, change and litigation: a critical examination of an empirical research tradition. *Law Soc. Rev.*, 22:57, 1988.

³¹ Para a literatura, Galanter, Reading the landscape of disputes, op. cit., como nota de dissensão, MARVELL, T. B. Caseload growth-past and future trends. *Judicature*, 71(3):151, 1987.

³² Veja CLARK, D. S. Adjudication to administration: a statistical analysis of federal district courts in the twentieth century. *Southern Calif. Law Rev.*, 55:65, 1981.

³³ GIFFORD, D. G.; NYE, D. J. Litigation trends in Florida: Saga of a growth state. *Univ. Fla. Law Rev.*, 39:831, 1987.

a grande maioria deles surge sob os estatutos dos direitos civis aprovados pelo congresso na década de 1960. Infelizmente, apesar da enorme literatura sobre direitos civis, pesquisas empíricas sobre *litígios* de direitos civis são raras.³⁴

Os tribunais federais são, também, onde predominam amplos, complexos casos de “direito público”,³⁵ algo que contrasta tão fortemente com a litigância particular tradicional. Nesses casos de “direito público” os problemas vão muito além das partes, e os tribunais concebem amplos recursos e mantêm jurisdição contínua. Casos de desagregação de grandes escolas são exemplos; ou os longos esforços para reformar sistemas prisionais por meio de demandas judiciais. Houve exemplos de casos de “direito público” nos Estados Unidos desde o século XIX; porém, não há dúvidas de que casos como os que Chayes descreve são mais frequentes atualmente do que antes. Infelizmente, não há nenhuma definição acordada para marcar as fronteiras desse tipo de caso e, dessa forma, nenhum dado sobre o número preciso de tais casos. Entretanto, sua importância é indiscutível. É também provável que eles contabilizem uma boa parte do tempo e do esforço gasto na litigância. A profissão de advogado vem crescendo muito rapidamente nos Estados Unidos — havia talvez 60 mil advogados em 1880, aproximadamente 104 mil em 1900,³⁶ e mais do que 650 mil em 1985;³⁷ o número continua a crescer firmemente. Escritórios de advocacia também vêm se tornando muito maiores.³⁸ A maior firma atualmente, Baker e Mac-Kenzie, possui mais do que mil advogados no seu pessoal; e uma parte ainda maior do empenho das grandes firmas parece ser dedicada à litigância.³⁹ Casos de “direito público”, com alguns casos particulares gigantes (*antitrust*, por exemplo), somam muito e talvez a maioria desse esforço.

Estudos longitudinais dos tribunais dos estados viram também mudanças na mistura dos negócios que os tribunais controlam.⁴⁰ Comparados ao século XIX, processos comerciais e processos sobre a disputa da propriedade comum contabilizavam uma parcela menor do número de casos dos tribunais

³⁴ Veja, porém, EISENBERG, T. Section 1983: doctrinal foundations and an empirical study. *Cornell Law Rev.*, 67:482, 1982.

³⁵ CHAYES, A. The role of the judge in public law litigation. *Harvard Law Rev.*, 89:1281, 1976.

³⁶ Friedman, *The legal system*, op. cit., p. 633.

³⁷ CURRAN, B. A. et al. *Supplement to the Lawyer Statistical Report: the U.S. legal profession in 1985*. Chicago: Am. Bar Found., 1986. p. 1.

³⁸ NELSON, R. L. Partners with power: social transformation of the large law firm. Berkeley: Univ. Calif. Press, 1988. p. 2; NELSON, W. Contract litigation and the elite bar in New York City, 1960-1980. Paper for 1988 Annual Meet. *Law and Soc. Assoc.*, Vail, Colorado, June 1988.

³⁹ GALANTER, M.; ROGERS, J. The transformation of American business disputing? Some preliminary observations. Paper for 1988 Annual Meet. *Law and Soc. Assoc.*, Vail, Colo., June 1988.

⁴⁰ Veja, como exemplo, Friedman e Percival, *A tale of two courts*, op. cit.

estaduais. Processos de danos pessoais, processos de direito de família e processos de direito público cresceram em números e porcentagem. Os tribunais têm gasto menos do seu tempo em disputas orientadas para o mercado e mais em disputas que possuem um elemento expressivo, pessoal. O único estudo quantitativo em larga escala de litigância de 2ª instância do estado chegou a uma conclusão similar. Esse foi um estudo de 16 tribunais supremos estaduais entre 1870 e 1970. Em relação a 1870-1900, processos de débito, contrato e imóveis constituíam 55% do número de casos. Mas casos pessoais — delito, direito criminal e problemas de família — somavam menos do que 30%. No período de 1940-70, essas proporções se reverteram; débito, contrato e propriedades caíram para 25,9%, mas delito, crime e problemas de família agregavam no momento 52,3%. Entretanto, houve uma espécie de ressurgimento do litígio de contratos e negócios nos anos recentes, pelo menos no tribunal federal.⁴¹

Como pode alguém saber desses inúmeros desenvolvimentos? Os dados longitudinais, de início, tornam extremamente duvidosa a hipótese de que há um relacionamento simples, linear, entre litigância e desenvolvimento econômico. Em um estudo pioneiro, Toharia⁴² analisou o trabalho dos tribunais espanhóis entre 1900 e 1970. Ele descobriu que havia, na verdade, uma relação inversa entre desenvolvimento econômico e o volume de litígios. A litigância nos sistemas formais de justiça na verdade *caíram* no período em que ele estudou; o declínio foi mais nítido nos setores mais avançados economicamente do país. Estudos em outros países europeus geralmente confirmaram as descobertas de Toharia no período em questão.⁴³

É possível conectar esses resultados com discussões empíricas e teóricas sobre o motivo pelo qual pessoas e empresas litigam ou não. Pessoas e empresas com relações em andamento evitam a litigância, que é inerentemente disruptiva. Este é o tema do clássico artigo de Macaulay,⁴⁴ que estudou o comportamento dos empresários de Wisconsin. Dessa forma, a recente explosão

⁴¹ Veja Galanter e Rogers, *The transformation of American business disputing?*, op. cit.; NELSON, R. L. *Partners with power: social transformation of the large law firm*. Berkeley: Univ. Calif. Press, 1988; NELSON, W. *Contract litigation and the elite bar in New York City, 1960-1980*. Paper for 1988 Annual Meet. *Law and Soc. Assoc.*, Vail, Colorado, June 1988.

⁴² TOHARIA, J. J. *Cambio social y vida jurídica en España*. Madri: Edicusa, 1974.

⁴³ BLEGVAD, B.-M.; BOLDING, P. O.; LANDO, O. *Arbitration as a means of solving conflicts*. Copenhagen: New Soc. Sci. Monogr., 1973; ROTTLEUTHNER, H. *Aspekte der Rechtsentwicklung in Deutschland-Ein soziologischer Vergleich deutscher Rechtskulturen*. *Zeitschrift für Rechtssoziologie*, 6:206, 1985.

⁴⁴ Macaulay, *Non-contractual relations in business*, op. cit.

de processos contratuais, como observado por Galanter e Rogers,⁴⁵ sugere mudanças na natureza das próprias relações de negócios — mais volatilidade, competições mais duras e menos ênfase em relações continuadas, quase pessoais, entre os diretores de empresas. O estudo desse novo fenômeno parece promissor, visto que ele suplementa pesquisas sobre disputas mediante exploração de modelos e elaboração de teorias para explicar o motivo pelo qual empresas e pessoas recorrem ou não aos tribunais.

A pesquisa sobre os *resultados* dos processos é, curiosamente — ao contrário da quantidade de litígio, ou a importância do assunto, ou a motivação —, comparativamente pouca apesar de a maioria dos estudos longitudinais apresentar ao menos alguns rolamentos de dados sobre os resultados. Um ponto inicial para a pesquisa é o reconhecido artigo de Marc Galanter,⁴⁶ que sugere razões pelas quais os “ricos saem na frente” ao litigarem no tribunal. Até certo ponto, a referência aos “ricos” é enganosa. O argumento é que os “litigantes recorrentes”⁴⁷ — aqueles que utilizam o tribunal constantemente — tendem a ganhar dos litigantes “de primeira viagem”.⁴⁸ Os “recorrentes” são geralmente, embora nem sempre, as partes mais ricas e poderosas — o governo, ou as grandes empresas; vítimas de acidentes são “marinheiros de primeira viagem” típicos.

A tese de Galanter é essencialmente estrutural. É a força organizacional dos “recorrentes” que conta para seus sucessos. Ideologias ou simples preconceitos de classes não são apresentados como variáveis críticas. Wheeler e associados apresentaram recentemente observações sobre os vencedores e perdedores nos tribunais de apelação estadual, 1870-1970.⁴⁹ Lá, os resultados também são favoráveis às grandes organizações e entidades governamentais, embora não de forma esmagadora. Recentemente, também, a Rand Corporation promoveu estudos importantes sobre vereditos dos júris, na sua maioria sobre processos de danos pessoais. Seus dados sugerem a necessidade de reexaminar a suposição habitual de que os pleiteantes ganham consistentemente nos tribunais.⁵⁰

⁴⁵ Galanter e Rogers, *The transformation of American business disputing?*, op. cit.; veja FRIEDMAN, L. M. *Litigation and its discontents*. *Mercer. L. Rev.*, 1989. Forthcoming.

⁴⁶ GALANTER, M. Why the “haves” come out ahead. *Law Soc. Rev.*, 9:95, 1974.

⁴⁷ No original, *repeat players*. (N.R.)

⁴⁸ No original, *one-shot*. (N.R.)

⁴⁹ WHEELER, S. et al. Do the “haves” come out ahead? Winning and losing in state supreme courts, 1870-1970. *Law Soc. Rev.*, 21:403, 1987.

⁵⁰ Veja, por exemplo, SHANLEY, M. G., PETERSON, M. A. *Comparative justice: civil & jury verdicts in San Francisco and cook counties 1959-1980*. Santa Monica, CA: Rand Corp. Inst. Civil Justice, 1983; para um estudo histórico que segue na mesma direção, veja Friedman, *Civil wrongs*, op. cit.

O estudo de Toharia levantou questões sobre a bastante discutida “autonomia” do sistema legal, especificamente, a autonomia dos tribunais e taxas de litigância. Toharia não sugeriu que o sistema legal fosse, como um todo, “autônomo”, no sentido de desligado e independente das forças sociais; porém, suas observações poderiam ser interpretadas no sentido de que pelo menos os sistemas *formais* de justiça da Espanha eram crescentemente irrelevantes para a vida econômica. Presumivelmente, esses tribunais eram fechados dentro de uma tradição firme e relativamente rígida, que os tornava incapazes de se ajustar rapidamente às mudanças sociais e às demandas dos litigantes dos negócios modernos. Como consequência, esses tribunais eram crescentemente evitados por instituições econômicas e possivelmente também por cidadãos comuns. Essas foram observações importantes e bastante produtivas no estímulo de outras pesquisas, muitas das quais tenderam a confirmar as observações de Toharia. Naturalmente, de forma alguma fica estabelecido que a situação descrita pode ser generalizada para outras culturas ou outros tempos, lugares e instituições. Sem dúvidas, os trabalhos sobre os tribunais americanos, pelo menos em *algumas* áreas — direitos civis e liberdades civis, direitos do consumidor e negligência médica —, dificilmente sugerem rigidez; podem existir muitas mudanças paralelas acontecendo na Europa também. Certamente, o crescimento explosivo da revisão judicial, no Oeste da Alemanha, por exemplo, sugere o uso de um modelo de tribunal mais “americano”.⁵¹ E quando Toharia retornou à sua questão, aproximadamente uma década após seu primeiro estudo ter sido publicado, ele descobriu que a carga de trabalho dos tribunais espanhóis havia crescido nitidamente desde o início dos anos 1970.⁵²

O impacto da litigância na sociedade

Este é um território amplamente inexplorado, até onde o estudo sistemático é considerado. Um dos “impactos” da litigância, especialmente em um sistema de *common law*, é a própria criação das normas legais básicas. Este “impacto” é tão fundamental que é geralmente certo; e de certa forma a maioria da literatura sobre o direito, e uma boa parte da literatura de ciências

⁵¹ Veja BRYDE, B.-O. *Verfassungsentwicklung*. Baden-Baden: Nomos Verlag, 1982.

⁵² TOHARIA, J. J. “¡Pleitos Tengas!” Introducción a la cultura legal española. Madri: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1987.

sociais em algumas áreas particulares do direito, interessa-se sobre esse impacto. Muito menos comuns são as tentativas teóricas ou empíricas de falar sobre o modo pelo qual os tribunais moldam e criam as regras, e a natureza das regras que eles são suscetíveis de moldar.⁵³ Algumas escolas de direito, na década de 1970, avançaram na tese de que o litígio nos tribunais de *common law* tende a se desenvolver na direção de normas “eficientes”,⁵⁴ essa tese não é, entretanto, geralmente aceita.

Há também estudos de como a litigância em determinados tribunais afeta a comunidade onde esses se situam; esse é um tema, por exemplo, da maior parte da literatura em antropologia do direito. Os tribunais, em muitas sociedades, apresentam a função de restaurar a harmonia e o equilíbrio; eles estão menos preocupados com “lei” e “direitos” do que em reparar as rupturas nas relações em andamento.⁵⁵ Esse não é, necessariamente, o resultado nas sociedades ocidentais. Merry⁵⁶ estudou a eficácia de um tribunal de primeiro grau em um bairro urbano, por exemplo, e concluiu que o tribunal não era uma instituição efetiva de resolução de litígios. Mais do que isso, o tribunal era utilizado nesta comunidade “como uma sanção, uma forma de incomodar o inimigo”, como uma “arma disposta por adversários para aumentar seus poderes e influência” mais do que “como um modo de aliviar ou resolver disputas”.⁵⁷ Dessa maneira, o tribunal não repara os laços partidos. Ele pode até mesmo agravar uma situação tensa. O uso tático da lei para ferir um inimigo pode ser particularmente característico em situações coloniais, onde a lei é sentida como uma invasão alienígena (Cohn, 1965).⁵⁸

Há também considerável literatura composta pelos chamados estudos de “impacto”⁵⁹ — estudos das consequências de determinadas decisões judiciais, por exemplo, as decisões da Suprema Corte proibindo orações nas escolas

⁵³ Veja, porém, FRIEDMAN, L. M. Legal rules and the process of social change. *Stanford Law Rev.*, 19:786, 1967.

⁵⁴ Veja PRIEST, G. The common law process and the selection of efficient rules. *J. Legal Stud.*, 6:65, 1977.

⁵⁵ Veja NADER, L. Styles of court procedure: to make the balance. In: NADER, L. (Ed.). *Law in culture and society*. Chicago: Aldine, 1969.

⁵⁶ MERRY, S. Going to court: strategies of dispute management in an American urban neighborhood. *Law Soc. Rev.*, 13:891, 1979.

⁵⁷ *Ibid.*, p. 919.

⁵⁸ COHN, B. S. Anthropological notes on disputes and law in India. *Am. Anthropol.*, 67(6), Part 2:82, 1965.

⁵⁹ WASBY, S. *The impact of the United States Supreme Court: some perspectives*. Homewood, Ill: Dorsey, 1970; JOHNSON, C. A.; CANON, B. C. *Judicial policies: implementation and impact*. Washington, DC: Congress. Q., 1984.

públicas,⁶⁰ sobre aborto,⁶¹ ou decisões do Estado estendidas à responsabilidade civil por danos.⁶² Esses estudos focam saber se os oficiais obedecem a tais decisões, e o motivo, ou se as decisões possuem uma influência no comportamento entre os vários públicos afetados. Tais estudos levantam dificuldades conceituais e metodológicas;⁶³ e, em qualquer evento, dados sobre o impacto *agregado* ou *acumulado* dos tribunais e litígios não são fáceis de serem obtidos. A litigância possui tanto efeitos diretos como indiretos; e os efeitos indiretos podem ser sutis e difíceis de medir. Os medos da perda ou as esperanças da vitória influenciam o curso das negociações fora do tribunal, como pudemos perceber. Ações judiciais possuem o que Galanter chamou de “efeitos de radiação”⁶⁴ — elas se expandem dentro das grandes cidades.

Há, de fato, uma literatura popular inventiva sobre os maus resultados da “explosão de litigiosidade”. A própria litigância é indubitavelmente cara. É possível reunir valores brutos para demonstrar o quanto empresas e indivíduos gastam em litigância a cada ano. Não fica claro como alguém sairia medindo as despesas mais remotas e consecutivas. Como alguém vai saber se o litígio é ou não uma “inovação” sufocante? É normalmente dito que processos de negligência médica levaram a um crescimento na medicina “defensiva”, destrutiva. Sem dúvida houve *alguns* efeitos, mas os estudos não concordam em quanto.⁶⁵ Dessa forma, ninguém pode ter certeza se (digamos) testes e trabalhos de laboratório excessivos compensam os possíveis ganhos de uma medicação mais cautelosa. No que diz respeito a outras consequências dispendiosas de litigância alegadas, existem sérios problemas de causa e efeito. Mesmo supondo que alguém possa tornar concreta uma tão vaga noção como “perda de confiança nas instituições”,⁶⁶ é possível que essa perda de confiança seja a *causa* de certas formas de litigância, mais do que o efeito.⁶⁷

⁶⁰ MUIR, W. K. Jr. *Prayer in the public schools: law and attitude change*. Chicago: Univ. Chicago Press, 1967.

⁶¹ HANSEN, S. B. State implementation of Supreme Court decisions: abortion rates since *Roe v. Wade*. *J. Polit.*, 42:372, 1980.

⁶² Veja GIVELBER, D. J.; BOWERS, W. J.; BLITCH, C. L. Tarasoff, myth and reality: an empirical study of private law in action. *Wisc. Law Rev.*, 1984:443, 1984.

⁶³ Veja RABIN, R. L. Impact analysis and tort law: a comment. *Law Society Rev.*, 13:987, 1979.

⁶⁴ GALANTER, M. Adjudication, litigation and related phenomena. In: LIPSON, L.; WHEELER, S. (Ed.). *Law and the social sciences*. Nova York: Russell Sage Found, 1987. p. 215.

⁶⁵ ZUCKERMAN, S.; KOLLER, C. R.; BORBJERG, R. R. Information on malpractice: a review of empirical research on major policy issues. *Law Contemp. Prob.*, 49(2):85, 1986; TANCREDI, L. R., BARONDESS, J. A. The problem of defensive medicine. *Science*, 200:879, 1978.

⁶⁶ No original, *decline of trust*. (N.R.)

⁶⁷ Veja, no geral, FRIEDMAN, L. M. *Total justice*. Nova York: Russell Sage Found, 1985.

Além disso, é impressionante que a opinião popular e as críticas dos estudiosos ponham tanta ênfase em custos implícitos e efeitos colaterais, e mostrem tão pouca preocupação com os benefícios implícitos. Os benefícios, na verdade, são frequentemente bastante intangíveis e imensuráveis: justiça social, oportunidades estendidas a mulheres e minorias, expansão das liberdades civis, procedimentos justos dentro das instituições, limites ao governo.⁶⁸ Quem negaria que esses são ganhos significativos? Se eles valem os custos, é uma questão que modelos e equações não podem responder.

Os determinantes de litigância são complexos. Talvez o fato-chave seja que a “litigância” não é um fenômeno unitário, e então seria sem fundamento tentar relacioná-la, como um processo, a qualquer teoria sociológica *geral*; ou até mesmo à teoria geral na sociologia do direito. Não há razão pela qual os mesmos aparatos teóricos explicariam aspectos quantitativos e qualitativos dos vários tipos de litigância: litigância comum — disputas de fronteira entre proprietários de terras, disputas por custódias, quebras de contratos de venda — assim como casos gigantes de direito público, casos de delito em massa (por exemplo, os literalmente milhares de “processos de amianto”, ou os casos de “Agente Laranja”⁶⁹), casos testes de direito civil, casos enormes de *antitrust* privados; sem mencionar, no outro extremo, casos de despejo e reintegração de posse, disputas de bairro, em tribunais de pequenas causas ou locais. Não fica claro que todos os imensos “processos” modernos constituem um único fenômeno por si próprio.

Estatísticas judiciais são pobremente mantidas, e a compilação de dados estabelecidos para casos estaduais⁷⁰ e federais⁷¹ começou apenas recentemente. Mas talvez o mais necessário seja o estudo intenso, em pequena escala, dos processos em diferentes tribunais, em estágios diferentes do ciclo de vida das disputas. Disso pode emergir uma *tipologia* de disputas e ocasiões litigiosas; e nesse ponto hipóteses significativas sobre as várias formas e contornos de litigância podem ser estabelecidas.

⁶⁸ Veja GALANTER, M. The day after the litigation explosion. *Maryland Law Rev.*, 46:3, 28-37, 1986.

⁶⁹ Veja SCHUCK, P. H. *Agent orange on trial*. Mass toxic disasters in the courts. Cambridge, Mass: Harvard Univ. Press, 1986.

⁷⁰ KAGAN, R. A. et al. The business of state supreme courts, 1870-1970. *Stanford Law Rev.*, 30:121, 1977.

⁷¹ CARP, R. A.; ROWLAND, C. K. *Policymaking and politics in the federal district courts*. Knoxville, Tenn: Univ. Tenn. Press, 1983.

Referências

ABEL, R. (Ed.). *The politics of informal justice*. Nova York: Academic Press, 1982. V. 1. The American experience. V. 2. Comparative studies.

BEST, A.; ANDREASEN, A. R. Consumer response in contract purchases: a survey of perceiving defects, voicing complaints, obtaining redress. *Law Soc. Rev.*, 11:701, 1977.

BLEGVAD, B.-M.; BOLDING, P. O.; LANDO, O. *Arbitration as a means of solving conflicts*. Copenhagen: New Soc. Sci. Monogr., 1973.

BRYDE, B.-O. *Verfassungsentwicklung*. Baden-Baden: Nomos Verlag, 1982.

CAPLOVITZ, D. *The poor pay more: consumer practices of low income families*. Nova York: Free Press, 1963.

CARP, R. A.; ROWLAND, C. K. *Policymaking and politics in the federal district courts*. Knoxville, Tenn: Univ. Tenn. Press, 1983.

CHAYES, A. The role of the judge in public law litigation. *Harvard Law Rev.*, 89:1281, 1976.

CLARK, D. S. Adjudication to administration: a statistical analysis of federal district courts in the twentieth century. *Southern Calif. Law Rev.*, 55:65, 1981.

COHN, B. S. Anthropological notes on disputes and law in India. *Am. Anthropol.*, 67(6), Part 2:82, 1965.

CURRAN, B. A. et al. *Supplement to the Lawyer Statistical Report: the U.S. legal profession in 1985*. Chicago: Am. Bar Found., 1986.

DANIELS, S. Continuity and change in patterns of case handling: a case study of two rural counties. *Law Soc. Rev.*, 19:381, 1985.

EISENBERG, T. Section 1983: doctrinal foundations and an empirical study. *Cornell Law Rev.*, 67:482, 1982.

ELLICKSON, R. Of Coase and cattle: dispute resolution among neighbors in Shasta county. *Stanford Law Rev.*, 38:623, 1986.

ENGEL, D. The oven bird's song: Insiders, outsiders and personal injuries in an American community. *Law Soc. Rev.*, 18:51, 1984.

FELSTINER, W. L. F.; ABEL, R. L.; SARAT, A. The emergence and transformation of disputes: naming, blaming, claiming. *Law Soc. Rev.*, 15:631, 1980-1981.

FITZGERALD, J. M. Patterns of “middle range” disputing in Australia and the United States. *Law in Context*, 1:15, 1983.

____; DICKINS, R. Disputing in legal and nonlegal contexts: some questions for sociologists of law. *Law Soc. Rev.*, 15:681, 1980-1981.

FRIEDMAN, L. M. Civil wrongs: personal injury law in the late 19th century. *Am. Bar Assoc. Res. J.*, 1987:351, 1987.

____. Legal rules and the process of social change. *Stanford Law Rev.*, 19:786, 1967.

____. Litigation and its discontents. *Mercer. L. Rev.*, 1989. Forthcoming.

____. *The legal system: a social science perspective*. Nova York: Russell Sage Found, 1975.

____. *Total justice*. Nova York: Russell Sage Found, 1985.

____; PERCIVAL, R. V. A tale of two courts: litigation in Alameda and San Benito counties. *Law Soc. Rev.*, 10:267, 1976.

GALANTER, M. Adjudication, litigation and related phenomena. In: LIPSON, L.; WHEELER, S. (Ed.). *Law and the social sciences*. Nova York: Russell Sage Found, 1987. p. 151-257.

____. Reading the landscape of disputes: what we know and don't know (and think we know) about our allegedly contentious and litigious society. *UCLA Law Rev.*, 31:4, 1983.

____. The day after the litigation explosion. *Maryland Law Rev.*, 46:3, 1986.

____. Why the “haves” come out ahead. *Law Soc. Rev.*, 9:95, 1974.

____; ROGERS, J. The transformation of American business disputing? Some preliminary observations. Paper for 1988 Annual Meet. *Law and Soc. Assoc.*, Vail, Colo., June 1988.

GIFFORD, D. G.; NYE, D. J. Litigation trends in Florida: Saga of a growth state. *Univ. Fla. Law Rev.*, 39:831, 1987.

GIVELBER, D. J.; BOWERS, W. J.; BLITCH, C. L. Tarasoff, myth and reality: an empirical study of private law in action. *Wisc. Law Rev.*, 1984:443, 1984.

HANS, V. P.; VIDMAR, N. *Judging the jury*. Nova York: Plenum, 1986.

HANSEN, S. B. State implementation of Supreme Court decisions: abortion rates since Roe v. Wade. *J. Polit.*, 42:372, 1980.

HINDELANG, M. J. et al. *Criminal victimization in eight American cities: a descriptive analysis of common theft and assault*. Cambridge, Mass: Ballinger, 1976.

HOWARD JR., J. W. *Courts of appeals in the federal judicial system*. Princeton, NJ: Princeton Univ. Press, 1981.

JOHNSON, C. A.; CANON, B. C. *Judicial policies: implementation and impact*. Washington, DC: Congress. Q., 1984.

KAGAN, R. A. et al. The business of state supreme courts, 1870-1970. *Stanford Law Rev.*, 30:121, 1977.

____ et al. The evolution of state supreme courts. *Mich. Law Rev.*, 76:961, 1978.

KRITZER, H. Studying disputes: learning from the CLRP experience. *Law Soc. Rev.*, 15:503, 1980-1981.

MACAULAY, S. Non-contractual relations in business: a preliminary study. *Am. Sociol. Rev.*, 28:55, 1963.

____. Private government. In: LIPSON, L.; WHEELER, S. (Ed.). *Law and the social sciences*. Nova York: Russell Sage Found, 1987. p. 445-518.

MARVELL, T. B. Caseload growth-past and future trends. *Judicature*, 71(3):151, 1987.

MATHER, L.; YNGVESSON, B. Language, audience and the transformation of disputes. *Law Soc. Rev.*, 15:775, 1980-1981.

MCINTOSH, W. V. 150 years of litigation and dispute settlement: a court tale. *Law Soc. Rev.*, 15:283, 1981.

MERRY, S. Going to court: strategies of dispute management in an American urban neighborhood. *Law Soc. Rev.*, 13:891, 1979.

MUIR, W. K. Jr. *Prayer in the public schools: law and attitude change*. Chicago: Univ. Chicago Press, 1967.

MUNGER, F. Law, change and litigation: a critical examination of an empirical research tradition. *Law Soc. Rev.*, 22:57, 1988.

____. Social change and tort litigation: industrialization, accidents, and trial courts in southern West Virginia, 1872 to 1940. *Buffalo Law Rev.*, 36:75, 1987.

NADER, L. Styles of court procedure: to make the balance. In: NADER, L. (Ed.). *Law in culture and society*. Chicago: Aldine, 1969. p. 69.

NELSON, R. L. *Partners with power: social transformation of the large law firm*. Berkeley: Univ. Calif. Press, 1988.

NELSON, W. Contract litigation and the elite bar in New York City, 1960-1980. Paper for 1988 Annual Meet. *Law and Soc. Assoc.*, Vail, Colorado, June 1988.

PRIEST, G. The common law process and the selection of efficient rules. *J. Legal Stud.*, 6:65, 1977.

RABIN, R. L. Impact analysis and tort law: a comment. *Law Society Rev.*, 13:987, 1979.

_____. Some reflections on the process of tort reform. *San Diego Law Rev.*, 25:13, 1988.

ROSENTHAL, D. E. *Lawyer and client: who's in charge?* Nova York: Russell Sage Found, 1974.

ROSS, H. L. *Settled out of court: the social process of insurance claims adjustments*. Chicago: Aldine, 1970.

ROTTLEUTHNER, H. Aspekte der Rechtsentwicklung in Deutschland-Ein soziologischer Vergleich deutscher Rechtskulturen. *Zeitschrift für Rechtssoziologie*, 6:206, 1985.

SCHUCK, P. H. *Agent orange on trial*. Mass toxic disasters in the courts. Cambridge, Mass: Harvard Univ. Press, 1986.

SHANLEY, M. G., PETERSON, M. A. *Comparative justice: civil & jury verdicts in San Francisco and cook counties 1959-1980*. Santa Monica, CA: Rand Corp. Inst. Civil Justice, 1983.

SHAPIRO, M. *Courts: a comparative and political analysis*. Chicago: Univ. Chicago Press, 1981.

TANCREDI, L. R.; BARONDESS, J. A. The problem of defensive medicine. *Science*, 200:879, 1978.

TOHARIA, J. J. "¡Pleitos Tengas!" Introducción a la cultura legal española. Madri: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1987.

_____. *Cambio social y vida jurídica en España*. Madri: Edicusa, 1974.

TRUBEK, D. M. Studying courts in context. *Law Soc. Rev.*, 15:485, 1980-1981.

UPHAM, F. *Law and social change in postwar Japan*. Cambridge, Mass: Harvard Univ. Press, 1987.

WASBY, S. *The impact of the United States Supreme Court: some perspectives*. Homewood, Ill: Dorsey, 1970.

WHEELER, S. et al. Do the “haves” come out ahead? Winning and losing in state supreme courts, 1870-1970. *Law Soc. Rev.*, 21:403, 1987.

ZUCKERMAN, S.; KOLLER, C. R.; BORBJERG, R. R. Information on malpractice: a review of empirical research on major policy issues. *Law Contemp. Prob.*, 49(2):85, 1986.